

CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20^a a 23 agosto 2019
Cidade Universitária da UFMA
São Luís, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

QUESTÃO URBANA E SERVIÇO SOCIAL EM SÃO LUÍS (MA): o processo de expansão urbana e a experiência de remanejamento de populações para o Anjo da Guarda

Graciane Pereira Santos¹

RESUMO: Este artigo trata da questão urbana em São Luís, considerando o processo de desenvolvimento urbano-industrial que obriga o Estado a regulamentar as leis sociais e intervir nos problemas resultantes da relação capital/trabalho para conciliar os interesses das classes sociais. Destaca-se a expansão urbana em direção ao Itaqui-Bacanga, bem como a intervenção dos assistentes sociais no remanejamento de populações que deu origem ao bairro Anjo da Guarda na segunda metade da década de 1960.

Palavras-chave: Questão urbana. Expansão urbana. Desenvolvimento. Remanejamento. Serviço Social.

ABSTRACT: This article deals with the urban question in São Luís, considering the process of urban-industrial development that obliges the State to regulate social laws and intervene in the problems resulting from the capital / labor relation to reconcile the interests of social classes. Urban expansion towards Itaqui-Bacanga is highlighted, as well as the intervention of social workers in the relocation of populations that gave rise to the Guardian Angel neighborhood in the second half of the 1960s.

Keywords: Urban issue. Urban expansion. Development. Relocation. Social service.

¹ Mestra. Professora da Universidade Ceuma. E-mail: gracianepss@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

Este artigo é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada - “SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO URBANA: resgate histórico da intervenção profissional no bairro Anjo da Guarda na cidade de São Luís” – é resultado de um processo de pesquisa acerca da inserção dos assistentes sociais na questão urbana no Maranhão, considerando o processo de expansão e urbanização instaurado a partir das décadas de 1960-1970 do século XX, na cidade de São Luís.

No âmbito da expansão urbana da cidade, cabe destacar a área Itaqui-Bacanga como espaço propício para as demandas do capital industrial nacional. A expansão urbana para esta região estava vinculada a um processo de remanejamento das populações que viviam em áreas de interesse governamental como Anel Viário, Tirirical e áreas próximas ao Rio Bacanga, as quais poderiam ser atingidas pelas águas do mesmo (LUZ, 2005, p. 27). Mas, até a década de 1950, o desenvolvimento industrial da capital, bem como a urbanização deu-se de modo lento.

Com a eleição de José Sarney ao governo do estado do Maranhão, uma perspectiva de mudança² no âmbito político, econômico e social é indicada, em São Luís, o governo planejava e executava projetos que visavam o crescimento econômico e a expansão urbana. No entanto, uma série de expressões das desigualdades sociais continuavam a se manifestar ou redimensionar em muitas áreas da cidade.

Como consequência, a urbanização em curso na cidade é marcada pelos limites da iniciativa governamental, tanto estadual quanto municipal. Dessa forma, a referência é o final da década de 1960, quando o acesso ao solo urbano em São Luís passa a ser direcionado pelos interesses econômicos dos projetos em implantação e pela pressão das classes sociais por meio de diversas lutas em torno do direito à cidade.

² O período anterior (1945-1965) estava vinculado às práticas clientelistas pautadas na influência e no mandonismo político do senador pernambucano Vitorino Freire.



2 EXPANSÃO URBANA EM DIREÇÃO AO ITAQUI-BACANGA: 1960-1970

A referência a década de 1960 como marco para se compreender a configuração da urbanização e industrialização em São Luís se torna importante, na medida em que tal conjuntura abarca o governo estadual de José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (1966-1970), mais conhecido como José Sarney, em homenagem ao seu pai.

Neste período, certos grupos e discursos políticos anunciavam que a eleição de José Sarney para o governo estadual inauguraria uma “nova fase” política, econômica e social no Maranhão. Há que se considerar que as propostas de modernização alardeadas pelo *Projeto Político Maranhão Novo* se faziam fortemente determinadas pelas políticas desenvolvimentistas nacionais, na qual a presença de capital estrangeiro se consolidava e criava um suposto desenvolvimento econômico, na medida em que a transferência de capitais gerava, em contrapartida, fortes relações de subordinação e dependência dos países desenvolvidos.

A urbanização em curso na cidade de São Luís, marcada por fortes desigualdades sociais e pela impossibilidade ou limites das iniciativas, tanto do governo estadual quanto municipal, no sentido de garantir bens urbanos às populações expropriadas, avança. Nos marcos do projeto político denominado *Maranhão Novo*, as ações do governo estadual em relação à questão urbana não conseguiam encobrir os limites das medidas políticas em face das condições precárias em que vivia a maioria da população de São Luís.

A expansão urbana em direção ao Itaqui-Bacanga estava associada à lógica da acumulação capitalista por meio da implantação de projetos industriais, luta pelo uso diferenciado do solo urbano, bem como pelo discurso de modernização assumido pelo governo de José Sarney e seus sucessores políticos. É nesse horizonte que o remanejamento de populações desponta como saída para resolver as demandas apontadas, ao mesmo passo que indica para a possibilidade de diminuir o número de palafitas de algumas áreas urbanas de São Luís³.

Nesse sentido, a urbanização da área Itaqui-Bacanga – até então resguardada de intervenção governamental –, pretendia responder às exigências postas pela construção do Porto de Itaqui e da criação de um Distrito Industrial, estratégias e estruturas importantes para viabilizar projetos econômicos desenvolvimentistas.

³ Não se pode perder de vista que no decorrer da década de 1960, São Luís foi tomada, mediante a construção de palafitas, por um número expressivo de ocupações de áreas de mangue próximas ao centro da cidade, abrigando, portanto, a classe subalterna (o exército industrial de reserva) próxima aos locais de trabalho urbanos.



Como explica ARAÚJO (1999, p. 32):

É nesse contexto, dos grandes projetos de industrialização da ilha de São Luís, que surge o projeto do Distrito Industrial do Itaqui sustentado na construção de seu porto de grande porte (projeto de autoria do Dr. Wit Olaf Prochnick) e diversos outros projetos que vão sendo implantados na área que vai do Porto do Itaqui até a barragem do Bacanga. Nessa arca da zona Industrial, já era plano de governo, a construção de casas populares de alvenaria para a instalação de uma Cidade Industrial e a construção devia ter início no mês de dezembro de 1968. O incêndio do Goiabal ocorrido em outubro do mesmo ano, vai modificar e acelerar o projeto de ocupação da área.

Outro dado importante no remanejamento de populações para o espaço onde se formaria o bairro do Anjo da Guarda, mediante transferência e ocupação ordenada e planejada, é que essa estratégia era também pensada como forma de resolver certas consequências advindas da construção da barragem do Bacanga. Com essa obra algumas áreas habitadas por trabalhadores urbanos e subalternos poderiam ser atingidas pelas águas do rio. Mas, o incêndio ocorrido no Goiabal – uma das áreas já previstas para o remanejamento de populações – precipitou a ocupação e a formação da Vila Anjo da Guarda.

As vítimas do incêndio no Goiabal, ocorrido no dia 14 de outubro de 1968, foram abrigadas na garagem do prédio da Secretaria de Viação e Obras Públicas (SVOP). Não se tem o número certo de pessoas atingidas por este acidente, mas os jornais da época relatam ter sido aproximadamente 100 famílias. O deslocamento da população para a nova área foi feito através do Maracanã, pois a obra da barragem do Bacanga ainda não tinha sido concluída.

A população transferida do Goiabal se juntou a outros trabalhadores e suas famílias vindos de diferentes localidades de São Luís (Lira, Madre Deus, Fonte do Bispo, Macaúba, Tirirical, Itaqui, São Francisco, Liberdade, Anil) e do interior do Maranhão. Com a continuidade do remanejamento de populações o Estado contribuía na configuração de uma das condições fundamentais - aglomeração de trabalhadores – para garantir a implantação ou consolidação dos projetos econômicos e governamentais em curso.

3 SERVIÇO SOCIAL E A EXPERIÊNCIA DE REMANEJAMENTO DE POPULAÇÕES PARA O ANJO DA GUARDA

A perspectiva histórica do Serviço Social no Maranhão refere-se às relações diretas com as redefinições da atuação da Igreja Católica e do Estado quanto às manifestações da questão social já na primeira metade do século XX. Muitas dessas expressões estavam



fortemente mediadas pelo aceleração dos processos de urbanização em curso, nas várias regiões do Brasil.

Foi exatamente durante a expansão da profissão nas décadas de 1960-70 que o Serviço Social passou a enfrentar manifestações das desigualdades sociais no âmbito urbano, predominando a questão urbana. Nessa conjuntura uma série de questões ligadas à vida urbana – descompasso entre necessidades sociais e a apropriação e usos da terra urbana, da infraestrutura e dos serviços urbanos – se constituiu como campo de intervenção do Serviço Social.

No conjunto das novas instituições estatais criadas no governo Sarney, a Agência de Menores em 1966, transformada em 1967 em Fundação do Bem Estar Social do Maranhão (FBESMA), onde se destacou a atuação da assistente social Mirtes Haickel Fonseca, teve importância fundamental na expansão da ação profissional do Serviço Social. Voltada inicialmente para o “atendimento do menor carente e a reintegração social de detentos”, essa instituição logo ampliaria o seu campo de atuação, movimento que denotava, claramente, a expansão da intervenção do Estado e do Serviço Social sobre certas expressões da questão social na cidade.

A partir da Fundação do Bem Estar Social do Maranhão (FBESMA) e da Comissão Executiva de Transferência de Populações (CETRAP), os assistentes sociais começaram a atuar no âmbito de programas governamentais voltados para a transferência de populações, a exemplo do remanejamento de moradores de territórios palafitados ou de áreas possíveis de serem inundadas (construção da Barragem do Bacanga) para o espaço onde se formaria o atual bairro do Anjo da Guarda.

No processo de expansão urbana da cidade, um fato precipitou o povoamento da área Itaqui-Bacanga, ou seja, o incêndio ocorrido no Goiabal – uma das áreas já previstas para o remanejamento de populações – precipitou a ocupação e a formação da Vila Anjo da Guarda. O deslocamento da população para a nova área foi realizado pela CETRAP⁴, instituição criada através do decreto-lei nº. 3.741, de 21 de junho de 1968, cujo objetivo era transferir famílias que ocupavam as margens dos rios previstas para obras governamentais, bem como solucionar o problema da moradia precária e desenvolver um trabalho voltado para a integração da comunidade.

Para tanto, a citada comissão⁵, órgão vinculado à FBESMA, assumiria lugar estratégico no planejamento da cidade industrial. Neste sentido, a CETRAP foi a instituição

⁴ A comissão era composta de técnicos da SUDEMA, SVOP, DNOS, PMSL e FBESMA.

⁵ Instituição criada durante o governo Sarney, a CETRAP respondia pelo planejamento técnico do núcleo habitacional da Vila Anjo da Guarda, bem como pela transferência das populações de várias áreas da cidade que eram de interesse governamental.



responsável pelo trabalho com a população remanejada para a Vila Anjo da Guarda, contando com uma equipe multidisciplinar.

Nesse contexto, para realizar o levantamento sobre a situação dos moradores atingidos pelo incêndio, uma das profissões requisitadas foi o Serviço Social. Assim, ficou sob a responsabilidade de assistentes sociais o levantamento da área e das famílias que viviam no Goiabal, tendo em vista a definição do número de pessoas a serem transferidas para a Vila Anjo da Guarda.

A CETRAP realizou estudos socioeconômicos na área para as próximas transferências e identificou que havia entre os moradores uma economia de escambo, ou seja, as famílias realizavam trocas a partir de suas atividades produtivas. Neste sentido, priorizou-se a transferência conjunta dos vizinhos, bem como os laços econômicos e afetivos.

Cabe destacar que o local para onde foram transferidas as famílias e as habitações inicialmente construídas apresentavam a marca da precariedade. Tratava-se de uma área de sítio, o material usado na construção das primeiras casas, foi basicamente a palha. Em seguida, iniciou-se o planejamento de uma casa módulo mínimo e a construção de casas populares.

Outro aspecto que chama atenção no âmbito da urbanização da Vila Anjo da Guarda diz respeito à construção das casas. A partir dos documentos analisados e das entrevistas com as assistentes sociais, identificou-se o planejamento da *casa módulo mínimo*, que deveria ter sala, quarto, cozinha e banheiro, sendo esta feita em regime de mutirão, uma modalidade de autoconstrução de moradia.

Ao lado disso, a CETRAP subsidiava o material e fornecia a assistência técnica na construção das casas. Nessa dinâmica, a contratação de mão de obra especializada era selecionada entre os próprios moradores como mestres de obras, carpinteiros, pedreiros, marceneiros etc. Estes profissionais eram responsáveis por capacitar outros moradores, ou seja, grupos eram organizados (mulheres⁶ e homens) para a edificação das moradias.

Outro dado a ser mencionado é que o tamanho definido para as habitações era 10X15m. Mas, a equipe multiprofissional, representada pela coordenação de transferência de populações (coordenada pelo Serviço Social) reivindicou um lote na dimensão 12X30m, tendo em vista a necessidade de melhores condições de vida para a população.

Com base no sistema de autoconstrução, alguns equipamentos coletivos foram construídos pelos moradores. A primeira escola pública denominada Y Bacanga foi

⁶ Segundo as entrevistas, as atividades desenvolvidas pelas mulheres referem-se à quebra de pedras e entrega de refeições.



edificada, com gasto de aproximadamente um terço do valor padrão utilizado pelo estado. Este trabalho de grupo possibilitou renda aos moradores, já que o perfil das famílias era, em sua maioria, de trabalhadores sem renda fixa que sobreviviam de trabalhos ocasionais.

Quanto à contribuição dos assistentes sociais no trabalho com a população remanejada, trabalho mediado institucionalmente pela CETRAP, foi se ampliando através de algumas definições e estratégias relacionadas à ação comunitária. A urbanização da Vila Anjo da Guarda seguiu um planejamento específico. Antes da implantação do núcleo habitacional realizou-se um estudo e saneamento do solo com a finalidade de garantir o plano de habitação previsto.

Segundo SOUZA et al (1971), os núcleos residenciais foram planejados próximos aos logradouros onde circulariam os ônibus, as habitações mais distantes não ultrapassariam 300 metros para acessar o transporte coletivo. Somente era permitida a circulação dos ônibus nas avenidas, sendo proibido o tráfego em áreas residenciais (SOUZA et al, 1971, p. 28).

Sobre a perspectiva que orientava o trabalho dos assistentes sociais, a moradia deveria dispor de instalações sanitárias adequadas e possuir serviços públicos como água, esgoto, pavimentação, posto de saúde, subsídios para a criação de fontes de renda e participação da comunidade nos trabalhos desenvolvidos. Mas, o trabalho realizado pelo Estado junto à população remanejada não escapou das práticas clientelistas e assistencialistas, características da ação política do Maranhão.

Quanto aos serviços públicos implantados no bairro destacam-se água (rede provisória – CAEMA), energia elétrica (CEMAR), centro comunitário, parque infantil, posto médico, posto de televisão, mercado público (açougues, padarias, farmácias, bares), filial da COBAL e armazéns. Não obstante, o serviço de limpeza pública não foi garantido; por conta disso os moradores utilizavam estratégias como queimar ou enterrar os resíduos sólidos.

Do mesmo modo, a experiência do remanejamento colocava as condições da nova moradia como dimensão crucial da formação da área (da comunidade) para onde havia sido transferida a população. Da problemática da moradia o assistente social passou atuar no âmbito da questão urbana, no correspondente ao planejamento urbano, intervindo junto à comunidade em questões pertinentes à preservação ambiental, infraestrutura urbana, atividades artísticas e o lazer (ações culturais).

Neste contexto histórico, a perspectiva de atuação do assistente era fundamentada nos programas de desenvolvimento de comunidade. Segundo AMMANN (2009, p. 69), no desenvolvimento de comunidade, o Serviço Social e a igreja possuem um vínculo forte na conjuntura apresentada. Tal perspectiva ganhe ênfase, já que a participação popular



assume a relevância nas políticas desenvolvimentistas nacionais. “O Serviço Social na Vila Anjo da Guarda visa preparar os indivíduos, grupos e a comunidade para as mudanças, ajudando-os a compreendê-las e aceitá-las a fim de que o ambiente facilite a vida humana” (SOUZA et al, 1971, p. 46).

Como é sabido, a ideologia norte-americana chega ao Brasil nos anos 1940 com princípios acríticos e aclassistas, com o objetivo de garantir o fortalecimento do sistema capitalista ameaçado pelas ideias socialistas que se propagavam pelo mundo. A ameaça era a propagação do comunismo aos países subdesenvolvidos, por isso se estabeleceu o desenvolvimento econômico e social das comunidades a fim de integrá-las ao progresso do país (AMMANN, 2009).

Mas, o empenho em solucionar os problemas enfrentados pelas comunidades isenta o cunho político quanto ao entendimento das estruturas responsáveis pelas desigualdades sociais, constituindo como interesse único, o interesse da classe dominante. Portanto, nessa conjuntura, a atuação do assistente social com as populações remanejadas relacionava-se ao trabalho de caso, grupo e comunidade. Na referida experiência, a mediação da profissão delineava os problemas sociais como originários do meio social ou pertencente à condição do indivíduo, ou seja, ainda na lógica da disfunção social.

De acordo com a pesquisa, a ação se dava por meio de quatro núcleos de base: saúde, educação, habitação, agricultura familiar sob orientação das equipes de trabalho que tinham como princípio norteador a integração dos moradores, incluindo atividades de planejamento e avaliação. O objetivo destes núcleos era acompanhar a comunidade por meio de subprogramas que visavam à melhoria do nível socioeconômico através de diversas atividades de capacitação e integração das famílias.

Trata-se, portanto, do controle do capital sobre a classe trabalhadora, cujo fortalecimento da hegemonia capitalista é o que prevaleceu. O enfrentamento da questão social se deu no âmbito individual, com a perspectiva da capacitação técnica da comunidade e a melhoria do nível de vida em decorrência desta.

É nesta perspectiva do desenvolvimento de comunidade que o remanejamento de populações e a urbanização da Vila Anjo da Guarda acontecem. No bojo dessa experiência, a pesquisa retrata a ideologia do desenvolvimento de comunidade como eixo central da atuação do assistente social. Os limites e as possibilidades presentes na intervenção profissional manifestam de modo particular, as contradições e questões inerentes ao processo de urbanização que se fazia presente na cidade de São Luís, a despeito dos alardeados projetos de modernização do *Projeto Político Maranhão Novo*.



4 CONCLUSÃO

O presente estudo possibilitou a compreensão da questão urbana com destaque ao processo de expansão urbana em direção ao Itaqui-Bacanga, a partir de um projeto de modernização conservadora, desencadeado no Maranhão na segunda metade da década de 60 do século XX. Tal projeto, sustentado pela perspectiva autocrata burguesa dos militares no poder do Estado brasileiro, após o golpe de 64, projetou um horizonte de desenvolvimento, tendo a cidade de São Luís como polo e base de um “distrito industrial” situado, exatamente, no bairro do Anjo da Guarda.

Em São Luís, portanto, o processo de industrialização e urbanização é estruturado por meio dos projetos industriais que o novo governo prioriza. Empreendimentos como a Barragem do Bacanga e o Porto do Itaqui, situados na área geográfica que abarca o denominado bairro Anjo da Guarda, são alguns dos concebidos e construídos para dotar a cidade de uma infraestrutura básica para o projeto de desenvolvimento do estado em articulação orgânica com o projeto de modernização conservadora em curso no país.

O processo migratório (1940-1970) da população do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida contribuiu para um novo perfil demográfico e acirramento da questão social. A classe trabalhadora urbana já vivenciava situações como pobreza, falta de saneamento básico, acesso precário a educação e saúde e moradias insalubres em palafitas, entre outras.

Neste processo, muitas ações foram realizadas para dotar o estado e principalmente a capital maranhense de uma urbanização moderna. Obras de alargamento de vias centrais e a abertura de novas avenidas interligando a cidade. É a partir destas ações que cortiços, palafitas, moradias do tipo porta-e-janela, passaram a ser visualizadas como anti-higiênicas.

Neste período, o cunho conservador do regime militar também respaldava o planejamento urbano que tinha como foco eliminar favelas, cortiços e áreas palafitadas. Tal planejamento concebia as submoradias como “doenças” que prejudicavam a paisagem urbana, danificando a modernização da cidade. Na capital maranhense, uma nova



infraestrutura urbana era organizada. Deste modo, a perspectiva empreendedora do novo governo propunha o investimento na modernização da cidade.

É sob a perspectiva de modernização conservadora que a expansão urbana de São Luís também é realizada em direção ao Itaqui-Bacanga. A implantação de projetos capitalistas contribuiu para consolidar a expansão urbana, ao passo que a remoção de populações das áreas de interesse governamental concretizou a modernização urbanística de São Luís. É neste cerne que o remanejamento de populações desponta como solução para a questão urbana e o Itaqui-Bacanga, a nova área na qual a classe trabalhadora proletária habitaria.

A região por sua vez, já era habitada. Mas os processos de remanejamento e a propagação do desenvolvimento econômico da região atraíram muitas pessoas de diversas localidades da capital, assim como de outros municípios do estado. É no bojo destes processos que o Estado passa a intervir junto aos moradores do novo bairro que surgia com apoio técnico e capacitação profissional, por meio da ideologia do *Desenvolvimento de Comunidade* (DC).

É a partir desta experiência de remanejamento de populações para o Anjo da Guarda que a inserção do Serviço Social esteve relacionada à questão urbana. A “pedagogia da participação” é indispensável à intervenção profissional neste processo histórico, no qual o Serviço Social era uma das profissões especializadas na execução de funções educativas e intelectuais concernentes à participação popular.

Os limites e as possibilidades presentes na intervenção profissional manifestam de modo particular, as contradições e questões inerentes ao processo de urbanização que se fazia presente na cidade de São Luís, a despeito dos alardeados projetos de modernização do *Projeto Político Maranhão Novo*.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 240p.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 211p.

ARAÚJO, Josiel da Paz Pereira. **Expansão urbana em São Luís na década de 60**: o caso do Anjo da Guarda. 1999, 70p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1999.

CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto
2019
Cidade Universitária da UFMA
São Luís, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

LUZ, Josinaldo Santos da. **Lutas por moradia e expansão do espaço urbano na cidade de São Luís**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – UFMA. São Luís, 2005.

SANTOS, Graciane Pereira. **Habitação e Serviço Social**: um estudo sobre a questão da moradia em São Luís (MA). 2004, 85p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

_____. **SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO URBANA**: resgate histórico da intervenção profissional no bairro Anjo da Guarda na cidade de São Luís. 2013. 212p. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas – Universidade Federal do Maranhão. São Luís.

SOUZA, Eusani Carneiro; LAGO, Célia Regina Santos do; CAMPÊLO, Maria Regina. **O Serviço Social dinamiza a Vila Anjo da Guarda**. 2004, 85p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social da Fundação Universidade do Maranhão. São Luís, 1971.